

N.º 3

QUADRANTE

jornal

da

associação

académica

da faculdade de direito — LISBOA



apontamento sobre A POESIA PORTUGUESA ACTUAL

por José Augusto Seabra

A publicação recente de duas antologias panorâmicas da poesia portuguesa dos últimos vinte anos (?) veio pôr em evidência a necessidade de uma reflexão, de um tomar de pulso, uma interessada interrogação, sobre os caminhos percorridos, e presumivelmente a percorrer, por uma poesia que se pretende do nosso tempo e no nosso tempo, fatalmente, se realiza ou não. A nós, que vamos vivendo este país que nos deram, e que, bem ou mal, o vamos construindo também quotidianamente, não pode ser indiferente o que, através de uma imagem lúcida e sensível como é a poesia, dele se depara à nossa consciência. É que a poesia da nossa época, mais do que qualquer outra, reflecte o entrecocar de pro-

blemas, de angústias e de esperanças, em que o nosso passado imediato, o nosso presente real e o nosso futuro possível se estão a jogar. Natural, portanto, que se nos imponha uma visão inteira, ou tanto quanto possível inteira, da poesia portuguesa actual. E foi isso, fundamentalmente, o que pretendiam os autores das antologias referidas, embora desigualmente, e discutivelmente, o tenham conseguido. Delas nos vamos servir como um ponto de apoio, mais documental do que crítico, para o que é apenas um esboço de aproximação com o panorama poético contemporâneo, a que convidamos os nossos leitores.

(a propósito de duas antologias)

blemas, de angústias e de esperanças, em que o nosso passado imediato, o nosso presente real e o nosso futuro possível se estão a jogar. Natural, portanto, que se nos imponha uma visão inteira, ou tanto quanto possível inteira, da poesia portuguesa actual. E foi isso, fundamentalmente, o que pretendiam os autores das antologias referidas, embora desigualmente, e discutivelmente, o tenham conseguido. Delas nos vamos servir como um ponto de apoio, mais documental do que crítico, para o que é apenas um esboço de aproximação com o panorama poético contemporâneo, a que convidamos os nossos leitores.

A antologia de Jorge de Sena abrange um período mais amplo do

que a antologia da «Novíssima Poesia», ao mesmo tempo que se estrutura num critério mais exigente e criticamente perspectivador desse período. Daí o seu interesse predominante, a que não é alheia uma personalidade de poeta e crítico das mais profundas e seriamente formadas e informadas que entre nós se revelaram nos últimos tempos. A lucidez do prefácio e penetração das notas críticas são, com tudo que nelas há de discutível para a opinião pessoal de cada um de nós, uma contribuição positiva para o conhecimento do período a que se referem. É esse período o que vai da geração seguinte à da Presença (1938-1940) até à actualidade. O movimento neo-realista, o surto pos-

terior do surrealismo, as tendências expressas em revistas como os «Cardenos de Poesia», «Távola Redonda» e «Árvore» (para só citar as mais importantes), além das personalidades isoladas, e afins, que à margem e à roda desses movimentos e revistas se revelaram, são-nos apresentados panoramicamente, mais como um pressuposto para a imagem que quisermos construir da poesia desta época do que como um quadro exaustivo que não poderia, nem pretendeu ser.

Já a «Antologia da Novíssima Poesia», organizada por Maria Alberta Meneses e Melo e Castro, se cinge quase à poesia dos últimos oito anos, isto é, da década de 50, para dela nos dar uma visão

essência

Para a E. S.

Falemos de torres; de montanhas,
de tuas mãos que não têm nada de humano:
havia nascimento e sombra em dedos que vestias,
longa, solene, a espera e o caminho
porque, contavas, há cactos,
cactos e plantas; nenhuma flores.
Dizias inércia da noite, linha sem contorno duma casa,
descobrimo sinais, uma advertência,
uma ponte de súbita mudança;
repetias o gesto de um temor antigo,
anticipando:
não, nenhuma flores, mas existe o reinado,
a forma, última cilada,
lugar humano e terno e alcançado.
Lúcido mundo, nem o tempo turbasse nossos passos.
Íntimo, simples, evidente,
surgia o planeta, ânsia, sede de séculos e séculos
e ali estava água, fogo e a matéria
que, serpente, de tuas mãos descia, ramo de giesta.
Teu desejo (madrugada dos dedos se escapava)
já nada que sentisse:
era o destino e era a morte e a sensação fugia;
o ponto e a chegada e a partida e a morada;
recusa era a palavra e a magia:
tudo se alcançava
(névoa e névoa sobre um galho de pedra)
tudo se perdia.

Setembro de 1959.

FRANCISCO FERREIRA GOMES

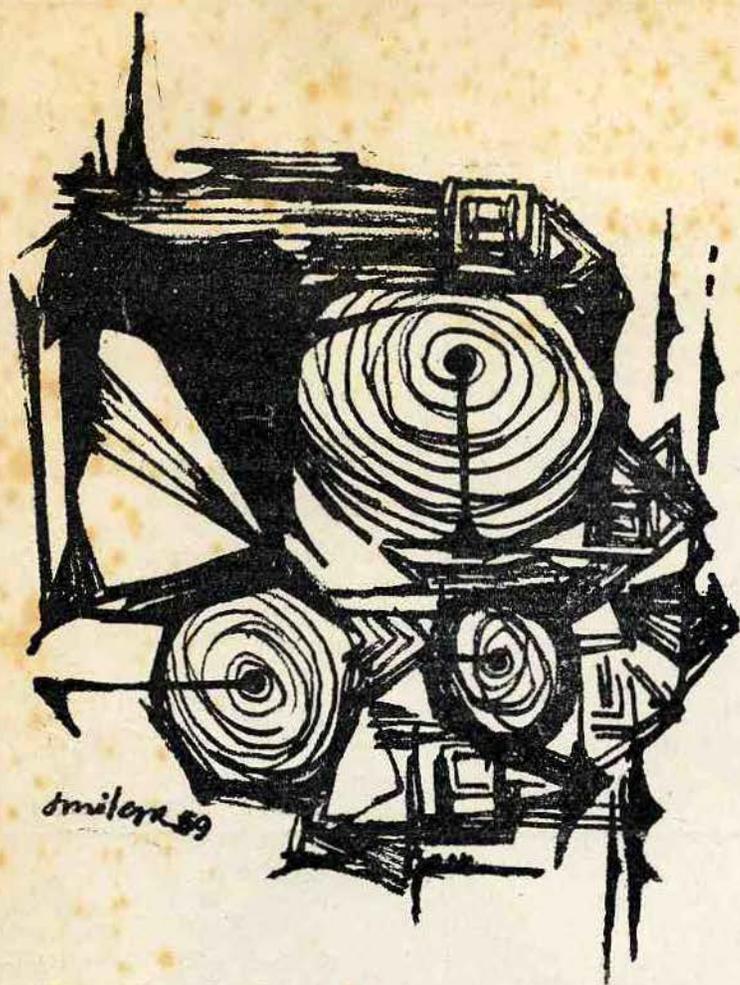
Na nossa opinião, as duas antologias vêm completar-se e o seu interesse está mais no «exame de consciência» que propiciam e na atenção que chamam, a todos nós, para a importância urgente duma análise reflexiva aos rumos da poesia actual, do que no seu conteúdo intrínseco. Daí, a preocupação de aqui deixarmos apontadas, neste breve artigo que se pretende de quase meramente remissivo, as duas fontes onde os nossos leitores poderão encontrar uma iniciação ao interesse pela jovem poesia portuguesa.

E agora já poderemos tentar o apontamento que nos sugere um

(continuação na pág. 11)

O passado do "Quadrante", não é longo: ele surgiu pela 1.ª vez no verão de 1958 e, de então até agora, tem revestido o carácter de publicação meramente anual. Impossível era assegurar, nestas circunstâncias, uma participação activa na vida do estudante universitário, e sintomática foi a frieza com que, dentro da própria Faculdade de Direito, foram acolhidos os seus 2 números. Procurou-se este ano ir mais além, remodelar profundamente a sua estrutura, fazê-lo sair com a maior assiduidade que as condições de trabalho permitam.

Libertados do peso morto duma revista com 40 páginas de texto encaixadas dentro duma capa isoladora, é a folha viva dum jornal que hoje apresentamos em sua substituição. Idêntica preocupação fundamental de contacto presidiu à selecção da colaboração e à inclusão de duas entrevistas neste 1.º número, a uma "democratização", do preço por exemplar que garante sua mais ampla difusão, interna e externa. Este 3.º número espera-se, assim, venha a ser o 1.º duma série que seja o mais longa possível. Para isso, contamos com a colaboração de todos.



LETIUPA / por veiga gomes

Letiupa. Tenho agora a certeza de que Letiupa é uma península.

Aqueles que de lá voltam, quando voltam, afirmam que Letiupa é o país do riso, do amor e das lágrimas quentes e ternas.

Em Letiupa as mulheres acordam com os olhos marejados de lágrimas dos sonhos maravilhosos que tiveram. Os homens, sempre vigorosos e confiantes, cobrem-lhes as espáduas de beijos enquanto as ajudam a vestir.

As mulheres preparam o café e os homens enfeitam-lhes os cabelos. Depois do café elas acendem-lhes os cigarros.

E, quando eles partem para a faina do mar ou para a rega das hortas, elas vêm despedir-se à cancela dos seus quintais.

* * *

O mar vai escavando complicadas grutas na península. O archoote arranca às abóbadas cintilações fulvas, indígenas, de ouro. A canção do remador perde-se em ecos simétricos pelas arcadas que o mar rasgou na rocha.

E a quilha lenta da canoa vai sulcando a mistura de água e luz que bruxoleia.

Passeio nas grutas com uma rapariga nös braços. Se a canção do remador se cala fica a ouvir-se a viola do músico.

* * *

Como é natural, o marinheiro filósofo vive na ponta norte da península. Ali, o mar parece embravecer.

Tem uma barba redonda, um cachimbo, um velho barrete de borla, uma camisa desbotada.

O marinheiro pesca, vê passar, pelo óculo, os transatlânticos e tem a mania de coleccionar conchas e búzios que pinta furiosamente de todas as cores.

Não conta a ninguém a sua vida. Por isso ninguém sabe há quanto tempo ele deixou a vida do mar.

Apesar do seu aspecto, dos seus modos abrutalhados, o velho marinheiro tem uma razoável biblioteca. Mas, à medida que a idade avança, menos tempo dedica à leitura.

É raro ouvi-lo contar anedotas ou histórias picantes de marinheiros. Descreve cidades distantes no ocidente e no oriente, sem precisar de dizer que esteve lá. Mas os retratos que faz, as paisagens que descreve, têm a cor tiszada de postais antigos. Recebe todas as semanas muitos jornais. Lê um ou outro, com pachorra. Recorda-os aqui e ali e cola os bocados em albums desconjuntados.

Não ri nem sofre com os problemas do mundo. Aplaudes os feitos notáveis.

* * *

Ninguém ainda se lembrou de perguntar a idade do marinheiro.

* * *

Escrevo várias vezes ao marinheiro. Cartas breves. Telegráficas: Boas-festas.

Nunca obtenho resposta. Todavia sei que ele é o meu leal amigo. O meu companheiro de velhice na juventude dos meus vinte anos.

* * *

Olwen tem dezassete anos. Não envelhecerá. Terá sempre dezassete anos, porque em Letiupa ninguém passa da mesma idade. Ninguém morre. Mas muitos rapazes e raparigas, homens e mu-

lheres, desapareceram como por encanto, nas grutas, nos lagos, nos rios, sem falar dos muitos que o oceano tragou.

Mas não morrem. Não são seres desfalecentes que a doença consuma. São formas vigorosas que, de súbito, regressam à confusão da natureza.

O mar, as árvores, as cascatas, a cristação dos lagos, as flores das lianas e das trepadeiras, incarnam as suas almas imortais. Não se trata de morte mas de uma espécie de sortilégio, de avatara. Por isso, Letiupa, desde a superfície das águas do mar até as agulhas das suas montanhas, parece impalpável e inconsistente. Com volume, mas sem peso.

Owen é órfã de pais irlandeses. É a única mulher loura e branca da península.

À noite, quando todos saiem para o ar livre para ouvir cantar, os seus cabelos marcam-na no azul enérgico da noite. Todas as outras mulheres se confundem na sombra.

Os pais de Olwen desapareceram há anos na gruta dos veados. Aquela cujos rochedos diáfanos e inclinados lembram um galope de veados num repentino pânico de caçada.

Olwen, única, solitária, passou a viver de casa em casa, respeitada, temida, quase venerada.

Olwen visita a miúde o marinheiro que lhe quer como a uma filha.

Os homens de Letiupa não se sentem capazes de a conquistar. Adoram-na mas não a amam. Olwen também não sente a mais pequena preferência por nenhum. Eles dirigem-lhe canções. Ela responde. Trabalham juntos. Olwen muitas vezes os aconselha nos seus problemas ou os apazigua nas suas rixas. Olwen tem outra mentalidade. Eles não são mais do que crianças. Ela tem dezassete anos nórdicos embora alimentados no sereno clima de Letiupa.

(continua na pág. 5)

ÁLVARO LEON CASSUTO: MÚSICA NOVA

Se bem que de origem latina, e perfeitamente utilizável na nossa língua, este termo, para designar, conjuntamente com o seu sinónimo MÚSICA VIVA, a produção musical dos últimos cinquenta anos, divulgou-se e é largamente usado na Alemanha.

No entanto, e como é de compreender, este termo não é unívoco; várias têm sido as correntes que por ele se identificaram: por um lado designa-se assim a música que, conscientemente, rompe com a tradição; por outro lado houve quem se referisse com este termo à música moderna, que não apresenta esta característica. Aceitemo-lo, de momento, no seu primeiro sentido, e vejamos o que ele nos oferece.

O Mundo da música séria contemporânea divide-se, «grosso modo», e como acabamos de ver, em dois hemisférios, não absolutamente estanques, mas que se distinguem facilmente. Um deles, aquele que nos interessa aqui, é, como acabei de dizer, aquele que rompe com a tradição, e com os processos de composição por ela estabelecidos.

Podem apontar-se muitos compositores que tiveram influência neste movimento renovador que, nos seus antecedentes, se situa em meados do século passado, mas só em princípios do nosso atingiu a sua fase decisiva. Não falemos do «Tristão e Isolda» de Ricardo Wagner, composto há exactamente 100 anos, em 1859; falemos antes de dois compositores, já falecidos, mas que, no entanto, dominam todo este hemisfério que indiquei; são eles Arnold Schoenberg (1874-1951) e o seu discípulo Anton Webern (1883-1945), ambos austríacos.

Inseparavelmente ligada ao nome de Arnold Schoenberg está a sua criação, a nova técnica de composição, chamada «dodecafonismo serial». Está fora do âmbito destas breves linhas uma explicação, mesmo superficial, dos fundamentos deste sistema⁽¹⁾. Diga-se somente que ele reside no aproveitamento indiferente de todos os doze meios-tons da escala, com os quais se elabora uma série que serve de base à composição.

O motivo principal que levou Schoenberg à descoberta (não à invenção) deste sistema, foi a procura de um princípio de ordem na anarquia da música atonal — aquela em que não há tonalidade, ou centro tonal que constitui o cerne dum obra — que se desenvolve progressivamente, principalmente a partir da tese harmónica apresentada por Wagner nos compassos iniciais do «Tristão».

O alcance do dodecafonismo serial é enorme e, passados quase quarenta anos desde que Schoenberg o utilizou pela primeira vez, na sua «Serenata» Op. 24, ainda não podemos avaliar o seu verdadeiro significado para a Música: certo é, contudo, que não houve, provavelmente, outro facto na História da Música que significasse mais!

Como era de esperar (e ao contrário do que então se afirmava) a descoberta de Schoenberg não atingiu, com o seu progenitor, o «non plus ultra». Longe disso; há compositores contemporâneos que afirmam, e não sem razão, que Schoenberg não compreendeu que a sua descoberta não só iniciava uma nova época na técnica da composição, mas principalmente no seu estilo, até na própria concepção estética da arte dos sons; na verdade, aplicando o seu sistema, Schoenberg continuou a compor Suites, Concertos, etc. nos esquemas tradicionais. Não seria essa a função do serialismo; e quem primeiro verificou tal facto foi seu discípulo Anton Webern, o segundo dos Mestres de que me propuz falar. Se a arte dos sons se presta a comparações com outras artes, poderia arriscar-se que a diferença existente entre o ideal estético dum Schoenberg e dum Webern é semelhante ao que se encontra entre o dum pintor figurativista e dum abstraccionista.

Na verdade, a música, na sua concepção tradicional, baseia-se em vários elementos: ritmo, melodia, harmonia, que, no seu conjunto, conduzem a uma dinâmica «tripartida»: princípio, clímax e fim. Por mais assimétricos que sejam os ritmos (veja-se a parte final de «A Sagração da Primavera» de Stravinsky, que constitui um exemplo frisante da assimetria rítmica), por pouco cantável que seja a melodia, por mais dissonante que seja a harmonia, estes elementos reduzem-se sempre aos esquemas rítmicos, melódicos e harmónicos clássicos — tal como na pintura figurativista, por mais arrojada que seja, se encontram sempre, com maior ou menor nitidez, os traços naturais de objectos concretos. Divorciando-se

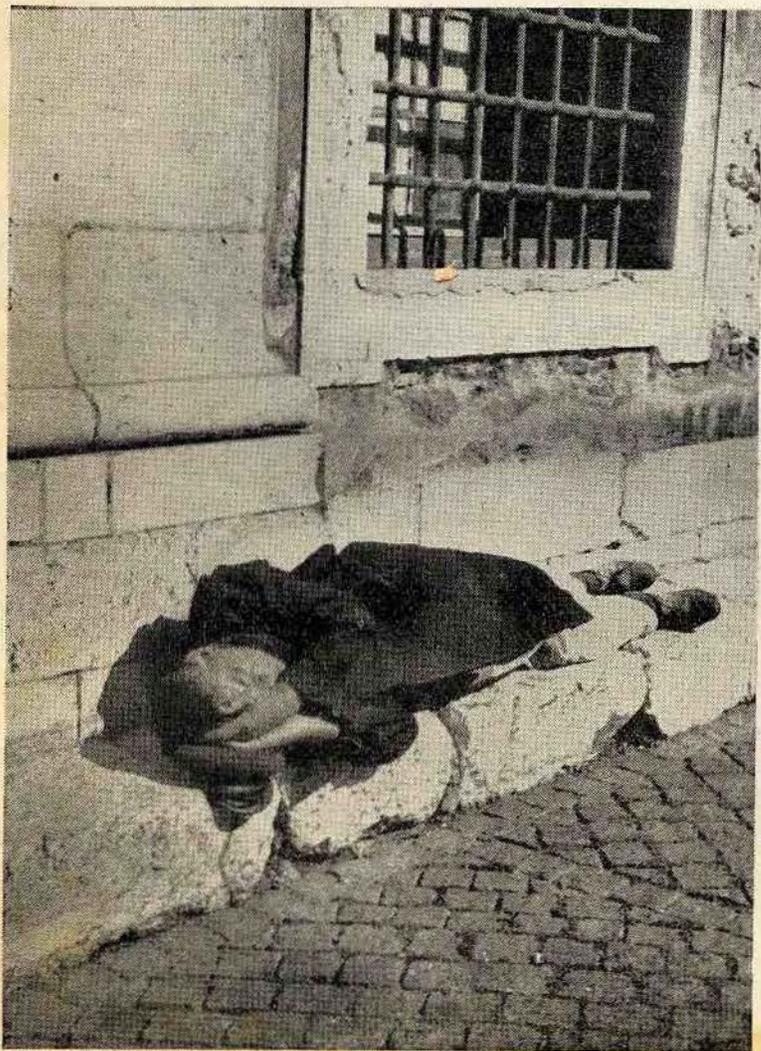
desta concepção, a estética dum Webern liberta o som do seu relativismo, do carácter funcional que ele apresentava no discurso musical (tal como o abstraccionista isola as linhas, as cores, etc.) dando a cada um um valor absoluto. Na obra musical, porém, ele torna a revestir um aspecto relativo, mas bastante diferente — tal como as linhas e as cores numa pintura abstracta têm funções relativas na obra, sem que, originalmente, as tenham tido.

Mas isto não é, ainda, tudo; o dinamismo «tripartido», constituído por princípio, clímax e fim, desaparece: a obra começa e acaba. Isto torna-se evidente, pois que a dinâmica relativa (em oposição à dinâmica absoluta que se identifica com a intensidade dos sons) só pode surgir no momento em que um som tem valor relativo em relação a outro, tanto mais diferente deste quanto mais se aproxima do clímax, que não tem, necessariamente, de situar-se no centro geométrico da obra. Este estatismo (que no entanto não abole a diferenciação entre dois sons por altura, intensidade ou dinâmica absoluta, e duração) origina a redução das formas musicais quanto à duração, a fim de evitar uma repetição constante que se tornaria fatigável; assim, qualquer obra de Webern não dura mais do que alguns minutos, algumas até só alguns segundos. Esta característica da música moderna está decerto em harmonia com a essência do século XX, a velocidade.

São estes os aspectos extremistas da estética weberniana; não deduzamos daqui que toda a música que enfileira nesta concepção, rompe em absoluto com o ritmo, a melodia, a harmonia e a dinâmica relativa, tradicionais. Na verdade, muitas obras de autores que se consideram representantes desta corrente apresentam um carácter misto, que lhes dá um requinte extraordinário⁽²⁾. E mesmo os extremistas Pierre Boulez e Karlheinz Stockhausen (que, trabalhando no Estúdio de Música electrónica de Colónia decerto perflha a opinião de H. Eimert, que só neste campo da Arte se consegue cabalmente realizar o ideal estético de Webern), compositores respectivamente francês e alemão, nascidos em 1926 e 1928, consideram algumas das suas obras meras experiências.

⁽¹⁾ Vide o meu artigo *Bases Fundamentais do Dodecafonismo Serial* in «Arte Musical» (N.º 5-6) de 1959.

⁽²⁾ Ouçam-se os «Mouvements» para piano e orquestra e «The Creation» para barítono e orquestra de Wolfgang Fortner, numa gravação da Deutsche Grammophon Gesellschaft 18 405 LPM.



FADIGA — E. Nery de Oliveira

I — INTRODUÇÃO

«Quando dizemos que o homem se escolhe, entendemos que cada um de entre nós se escolhe, mas queremos dizer também que escolhendo-se ele escolhe todos os homens. Com efeito, não há um sequer dos nossos actos, que, criando o homem que nós queremos ser, não crie, ao mesmo tempo, uma imagem do homem tal qual nós julgamos que ele deve ser (...). Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que nós podemos supor, já que ela compromete a humanidade inteira (...). Deste modo, eu sou responsável por mim próprio e por todos (...). Escolhendo-me, escolho o homem» (1).

Estas frases, geralmente muito citadas, explicam, de algum modo, certa atitude de intervencionismo dos meios intelectuais nos problemas concretos, práticos, do nosso tempo. Se o homem assim é colocado no centro de uma responsabilidade universal que o exige como tematização, o intelectual, de uma maneira particular, como consciência que se elabora mais do que nunca precisa e lúcida mente carrega sobre si com uma incidência mais viva e angustiante, o rumo da humanidade e o destino do próprio homem.

Não é por mero acaso, em consequência disto, que André Gorz, romancista (2) e pensador, acaba de publicar um dos livros mais importantes, senão o mais importante, na tematização dos problemas postos pela conjuntura política e social do século XX — «La morale de l'histoire».

Para além do possível unilateralismo (o qual, apesar de o julgarmos inoperante nos não dispomos a justificar aqui) que uma princiologia preestabelecida possa ter determinado na escolha das soluções subsequentes, restará sempre a agudeza, a isenção e a necessidade da análise explicativa e dissecante (quase diríamos fenomenológica) do conceito psico-objectivo da Alienação.

1956 é um ano chave, exemplificativo. Por um lado, a França e a Inglaterra, num puro alarde de força, procedem a uma operação militar para se apoderarem do Suez; por outro, a União Soviética jugula uma insurreição popular na Hungria, arrasando Budapeste a tiro de canhão nos termos divulgados. Ali, as potências do mundo livre, liberalizante, dos «Direitos do Cidadão», capitalista, cristão, etc.; aqui, o corifeu do socialismo, da redenção dos homens através do proletariado, da ablação das barreiras aos livres acessos em todos os campos, numa palavra; a democracia não já burguesa, mas popular. Dois valores, ou melhor, dois feixes de

valores, dois pólos, duas soluções a assumir, duas atitudes perante a vida. Qual delas escolher? Será mesmo possível eleger algumas delas de preferência? — as situações objectivas de ambas é certo que não divergem — segundo os factos no-lo demonstram — duma maneira tão decisiva como à primeira vista poderia parecer, facilitando-nos a tomada de posição.

UM ARTIGO DE

a essência do homem o trabalho, tudo quanto este produza é objectivação da sua consciência; e sendo o homem para o materialismo vulgar um produto das condições materiais, ele é tudo o que pode ser e não há lugar para qualquer espécie de contradição. Em Marx, já o conceito se vislumbra com mais nitidez; com efeito, para ele, há alienação quando, tendo nós investido

Toda a empresa humana sofre, portanto, o risco da alienação. Quando tal acontecer perde o seu significado inicial, é um peso inerte e que é necessário eliminar, é um obstáculo à normal evolução das coisas. Só a empresa desalienada prossegue os fins humanos que a originaram, os únicos que a justificam.

Mas é, infelizmente, o mundo da alienação que reina entre nós mais vulgarmente. A própria evolução dialéctica da sociedade se faz com predomínio das situações alienantes em detrimento da reforma ou da revolução que reponham os factos nas suas relações racionais segundo os fins a atingir.

Para efeitos de sistematização, poderemos conceber 3 tipos fundamentais, 3 processos por que mais evidente se manifesta a alienação:

1. Alienação por outrem.
2. Alienação mediata por outrem.
3. Alienação social.

III — DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

1. O primeiro tipo de alienação decorre da existência dos outros na acção concomitante de cada qual. Só no mundo, nenhum dos meus actos poderia ser a minha negação. Mesmo os resultados não desejados da minha acção se inscrevem na esfera exclusiva da minha actividade como sua decorrência imediata. O «outro» em relação à minha subjectividade, se por um lado se pode tornar em cooperador e auxiliar na prossecução dos meus fins, pode, em contra partida, constituir-se o meu elemento alienante.

A alienação da objectividade da minha conduta pressupõe — sempre — a coabitação de outros sujeitos: sé outrem pode voltar contra mim,

(continua na pág. 9)

É no dilema assim posto que se insere a análise de Gorz. Mas é fácil de ver que pôr semelhante questão é já em si suscitar um desencadear de dúvidas sobre os problemas mais cruciais, um repor dos axiomas e postulados mais inconscientes.

É, afinal de contas, a questão das relações entre o «querer» e o «acontecer» históricos, entre a vontade e a fatalidade da evolução decorrente; numa palavra — a tematização do destino humno.

Na verdade, em qualquer dos casos acima tomados como paradigma, notamos uma sorte de distorção entre o real e o humano. São os acontecimentos que se determinam a si mesmos, se contradizem ou impelem segundo uma lógica que não é nossa, uma sucessão que nos escapa e nos esmaga. Há realmente um processo qualquer que leva o homem a desapossar-se do seu próprio destino e a ver-se, por assim dizer, não reconhecido pelos acontecimentos. Eis o problema da alienação.

II — A TEORIA DA ALIENAÇÃO

O homem, como ser intrínseca e inelutavelmente livre, não pode ser, por definição, mero produto de qualquer circunstancialismo (preferentemente e em maior percentagem é este resultante das soluções individuais). A sua aspiração máxima é a actuação, a inscrição dessa liberdade no devir amorfo das coisas, a modelação desta por aquela.

A justificação metafísica do homem depende do grau de coexistência entre a necessidade histórica e a exigência humana. Quando a necessidade nega a exigência, surge-nos a alienação.

Para o idealismo, como para o materialismo vulgar, o conceito de alienação torna-se difícil de explicitar. Na verdade, sendo para Hegel

joaquim mestre

toda a nossa liberdade num trabalho, o produto, que é a objectivação desse trabalho, se volta contra nós e é a nossa negação, tornando esse acto próprio e livre a peia que liga o seu autor à dominação de outrem.

Em Gorz a teoria adquire contorno nítido e definitivo: o ser da realidade humana é o seu Fazer, a actividade de negar a matéria inorgânica e de a transformar em vista de fins próprios. Assim, «l'alienation peut seulement être cette activité elle-même en tant qu'elle devient son inverse: en tant qu'elle retombe dans l'inertie des choses et nie, comme chose inerte et Autre, le project de l'agent humain (...). Nous ne sommes pas aliéné (...). l'alienation est notre activité devenue étrangère à nous-mêmes, retournée contre nous par un «malefice» de la matière ou par un calcul d'individus ennemis comme puissance adverse, comme négation de nous-mêmes (...) c'est parce que nous sommes toujours action en vue de nos fins, que l'alienation existe: elle est notre action revenant sur nous...» (3).

pequeno madrigal silencioso

FUR ELISABETH

A chuva cai incompreensível
como as asas dos teus olhos
e a minha angústia verde de frustrado
não vê asas nos teus olhos

a chuva cai alada e triste
como os teus olhos
líquidos e tristes

VASCO GRAÇA MOURA

ENTREVISTAS

(continuação na pág. 12)

J. G. Ferreira

«E depois, quem são os mais autênticos?»

«Depois os que me parecem mais autênticos são Cesariny de Vasconcellos e Alexandre O'Neill, representantes de uma linha lírico-satírica, que inclui também Cutileiro, e tem raízes profundamente tradicionais, desde as cantigas de escárnio e mal-dizer, até Tolentino e Guerra Junqueiro. Existe, sem dúvida, uma força que leva qualquer poeta português a integrar-se na nossa tradição, força de que aliás ele pode não ter consciência.

Mas há também os epígonos, os que se repetem. Claro que se começa sempre por imitar, já Aragon dizia «J'imité, tout le monde imite...», refiro-me aos que, na frase de Pessoa, sofrem por encargo. Antes de mais é preciso evitar o livresco, a poesia ritual como lhe chamo, as imagens, as frases, que ficaram de resíduo, ao longo do tempo e perderam toda a significação.

Muitos, além disso, aceitam-se, contemporizam, porventura não tanto por razões de ordem moral, como por simples cobardia... não os posso aceitar... talvez daqui a cem anos, quando essa atitude se tiver esquecido?... Não quero com isto dizer que o empenho em tocar

os tambores sociais não seja, por vezes, prejudicial, admiro mais, porém, aqueles que se sacrificam para o imediato, que se dão ao seu tempo.»

E se queres a glória
de ser ignorado
pelo egoísmo do futuro
ouve, Poeta do Desdém Novo:
canta os mortos das barricadas
e a volúpia das dores do tempo!

F. Botelho

ou interessado em qualquer realização...»

«É o velho problema. Têm-me acusado de vacuidade e por razões como esta: um grupo de personagens do «Calendário Privado» vai a Paris e a única coisa que faz é divertir-se; recuso-me a discutir problemas sérios, etc. Mesmo já me disseram que os meus romances dão, no fim, um sentimento de vazio. Foi o que pretendi. O padre Manuel Antunes comparou os meus personagens com «Os Indiferentes» de Morávia.»

Diz Samuel, no «Ângulo Raso»: «Eu próprio — trinta anos de idade, médico, sem consultório, tendência alcoólica hereditária, trinta e seis graus mais oito décimos de temperatura média normal, em estado de equilíbrio físico. E zero graus na curva evolutiva das emoções sofridas.»

Estes versos de Rimbaud:

Oisive jeunesse
A tout asservie
par délicatesse
j'ai perdu ma vie.

Vasco Pulido Valente

LETIUPA

(continuação da pág. 2)

* * *

Eu escrevo muitas vezes a Olwen mas não obtenho resposta. Sei, no entanto, que ela me espera, todos os instantes com o pensamento virado para mim.

* * *

Há tanto tempo que os não vejo, os meus amigos de Letiupa! Sei como eles receiam que um dia os estrangeiros, americanos ou franceses, ingleses ou russos, descubram Letiupa e queiram ir para lá explorar petróleo, fazer turismo ou pescar espadartes, peixes-voadores.

* * *

Mas agora eu sei que Letiupa é uma pennsula. E sei que o istmo dessa península sou eu. Eu sou o istmo de Letiupa. Ainda assim sinto-me longe, terrivelmente longe de Letiupa, do marinheiro e dos olhos cinzentos de Olwen.

Pois bem, por este istmo ninguém passará. Eu barrarei a passagem. Por mar, escondida e imaterial como Letiupa é, dificilmente a encontrarão. (Uma couraça de nuvens a protege).

E Letiupa ficará sempre envolvida na sua neblina, a sua deliciosa capa de utopia.

Só eu ligo Letiupa ao continente. Talvez eu possa um dia desligá-la. Fazer de Letiupa uma ilha perfeita.

E, tendo abandonado a minha natureza de acidente geográfico, desembarcar humanamente nas praias de Letiupa, correr a abraçar o marinheiro e Olwen, que secretamente me esperam.

Setembro, 59.

VEIGA GOMES

MORRIS 850



um automóvel
revolucionário

- MOTOR MONTADO TRANSVERSALMENTE
- CONJUNTO DO GRUPO MOTOR, AGRUPANDO TAMBÉM DIRECÇÃO, CAIXA DE VELOCIDADES E DIFERENCIAL
- MAIS DE 110 KM. POR HORA NUM MOTOR DE 850 CC.
- CONSUMO DE CERCA DE 5 LITROS DE GASOLINA AOS 100 KM.
- SUSPENSÃO INDEPENDENTE ÀS 4 RODAS ASSEGURANDO ESTABILIDADE EM QUALQUER ESTRADA

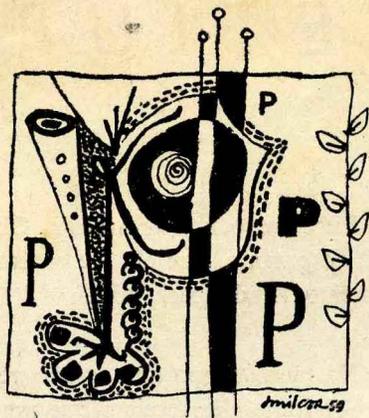
A. M. ALMEIDA, LDA.

LISBOA — AV. DA LIBERDADE, 11, 11-A

PORTO — R. DE SÁ DA BANDEIRA, 501

*

AGENTES EM TODO O PAÍS



Falta-me qualquer coisa hoje:
O ar e as pessoas vagueiam
na mente que me foje.
As coisas quase ideiam.

Acendo este cigarro
como se fosse a Estrela Polar.
Desorientação de barro:
falta-me o quê? Pensar?

Volto sobre alma; canto
não sei que raiva quente.
É o prejuízo incerto que levanto
de ser como a outra gente.

Além ou perto que não vejo
o círculo de futuro.
Mas fico sem saber o que desejo
no círculo de presente escuro.

11-11-59

F. M. CURTO

MÁRIO (o poeta coxo)

sonhou a perfeição dos membros inferiores

ergueu a voz enrouquecida pelo álcool
chorou

e cantou a perfeição dos membros inferiores

as histórias da literatura não dizem que Mário foi coxo

mas Mário cantou a perfeição dos membros inferiores
apenas
porque era coxo

em 1959 antes de 14 de março

ANTÓNIO REGO CHAVES

*

estamos empenhados em contar sem métodos
todas as estrelas que existem
na morte das flores interiores e dos pássaros
no desenho da fuga
no espaço privado da nossa incoerência
— a curva dos nossos abraços

estamos empenhados em respirar
desde longe a noite insuportável
dos códigos que nos aplicaram
estamos persuadidos no entanto
da fragilidade intemporal do nosso ataque
das nossas pálpebras incandescentes

estamos afirmados nos nossos pés de seda incorruptíveis.

LITA FERNANDES FERREIRA

da arte da guerra

Uma maior concentração do espírito na matéria. Têm razão todos. Numa posição unívoca de intelecto babujam rizinhas de emoção fácil e desdenhosa, mostram dentes e dentes que afinam uma certeza para todos os dias. Uma certeza para todos os números: a simetria do uso da borracha para apagar nódoas de sangue nas costas do que vai à frente.

Saem para a rua alegres de sono como galinhas a espanejarem-se na verdura dos tempos do sossego. Esta juventude é um gozo privado que embranquece ainda mais a limpidez olímpica dos apolos de coração amordaçado pelos guias competentes e respectivos. Aí, o inimigo permanece nos livros lúgubrememente exposto como donzela anatomizada! Berimbaus e cigarros emprestados — resíduos do sistema de fogos em campanha. E a Pátria, senhores, é a senha que abre todas as portas e mexe-se nela ainda para dar aos lábios e ser possível o prosseguimento da marcha. Agora mesmo as aves do futuro possível adormeceram cansadas nos bivaques. Os dedos esborracharam relâmpagos de vida e isto tudo porque a granada defensiva tem ainda uma certa importância!

Valha-nos Deus, que frisson!

Prontos a funcionar no vácuo introduzo Hegel ao mesmo tempo que o detonador do material energia. Com um pequeno desvio a granada descreve uma trajectória limitada à gravidade das coisas existentes; porque a necessidade da lei a torna uma certeza prévia; porque é já a maldade das coisas inventadas *à priori*. Mas Hegel desfazendo-se numa dialéctica de rir e chorar ao mesmo tempo, já ninguém o apanha. Note-se, nunca ninguém o apanhou. Nem mesmo ele próprio.

(Uma explosão bizarra dá cabo disto tudo). A granada era de exercícios e andávamos todos a exercitar-nos. Até quando será o eco que, de pinhal em pinhal, dum crista para outra crista ir-se-á enervando na procura qualquer dum ponto de apoio? Mas os montes são broncos por natureza própria e nunca pariram ratos, quanto mais poemas de acção com consolo dos braços e das pernas.

Naquele tempo disse o alferes aos seus discípulos: «Numa caixa de areia podem inventar-se muitas batalhas. Além de espírito imaginativo cada um tem o dever de dar o melhor de si próprio». E a linguagem iluminara-se de chofre porque a seu lado uma condessa galante e capitosa lhe segredara num sinal de luto a morte próxima de todas as virtudes. Dizendo isto subiu o estrado rodeado da sua corte de cobardes e solícitos.

Hoje apetece um grilo como um mito (Natália Correia): brincar com método e aos «cow-boys». As armas a bailar em frente dos olhos convidam a memória até à época do «Cavaleiro Andante». Rapazinhos preguiçosos nos soluços, molhem as ventas no calor das lutas endiabradas. Ó mocetões do Porto até ao Algarve, sabe a ranço o fervor de todos esses descuidos inocentes. Afinal não será a consciência uma espécie de prostituta teimosa? Meticulosos onanistas, todos sabemos que a nossa escola primária foi um rosário de dogmas e anátemas; o liceu uma fiada de pílulas sabedoras e por fim a faculdade uma cauda de pavão endinheirado. E hoje em dia toda a gente sonha o Homem como uma força livre...

Há também que agradecer ao murmúrio dos compêndios folgazões da nossa História atestando o mérito das barbas de D. João de Castro e a cavalgada inútil dos Afonsos quintos cuja dinastia não acabou ainda, se bem que encoberta na penumbra dum século XX aos pulinhos aqui mesmo neste sítio recatado e sensaborão.

Forçosamente, praças sonolentas e com frio, Mafra enrola-se nos nossos braços como uma cobra velha que ainda não quer mudar de pele. É preciso cuidado para que o bicho não se assuste e faça das suas; embalar docemente a criança-gigante que arremelga os olhos por via da dinamite desbaratada ao deus-dará.

Por fim havemos de temer a tropa: as vozes de sentido, o soluço troglodita dos canhões e o gordo capitão sadio que penetra nas cavaliças de azulejos com as patas guarnecidas de alfinetes dourados e nas mochilas papéis de sabão e alfazema. Depois os gordos fazedores de esquemas, de polainites de lustro e colarinho teso, vergando a espinha em forma de arco e atirando flores de manteiga aos superiores que patinam de cabeça levantada muito acima do normal.

Saudemos a morte dos ternos braços imperfeitos; a morte que corre os dedos lentamente, dulcifica o estômago e penetra com suavidade nas concavidades balofas do cérebro; a morte dos pijamas lizidídios; a morte dos enternecidos com um crime na sua totalidade imperfeito; as mortes de mão dada onde uma bicha metálica uniformiza as reacções de qualquer homem tranquilo. A morte grande e universal e infeliz porque se esconde a roer os ossos do pensamento teimoso.

Ele é a organização dos sábios impotentes, a negligência dum vício desconhecido, a estrutura da sociedade médico-farmacêutica, da sociedade nacional do crime perfeito na imaginação do povo.

Ele é a estátua que esmaga os ratos audaciosos a saltar dos olhos embriagados pela manhãzinha em busca de leite frio e renovado.

A palavra amor nasceu há muito com letra pequena. Hoje é o pórtico das divagações medidas pelos psicometristas, o espelho facetado das almas autopsiadas de vez em quando em busca de conversa.

Mafra — Novembro.

ARMANDO DE CARVALHO

tempo e amor

[ORIGEM DA ANGÚSTIA E DO DESESPERO]

1. INTRODUÇÃO

A) O tempo; suas características

Lê-se em Huis-Clos: «Vous vous rappelez: le souffre, le bucher, le gril. Ah! quelle plaisanterie. Pas besoin de gril, l'enfer c'est les Autres». Mas, se atentarmos bem, veremos que, para Sartre, o Inferno, mais do que os outros, é a ausência de tempo, a «tortura pela ausência», como ele mesmo diz.

Na realidade, porém, o tempo existe, e chega a tomar, por vezes, uma consistência tal, que parece uma coisa, que se poderia cortar, partir... Só que isto nunca acontece, e isso precisamente, porque nada, rigorosamente nada, pode ser percebido fora do tempo. Deparamos com a primeira característica que Kant apontou ao tempo — o seu carácter absoluto, relativamente ao qual tudo se refere, não sendo ele referido a nada. Ao contrário do espaço, unicamente «condição *a priori* dos fenómenos exteriores», o tempo é condição de «todas as representações, tenham elas ou não por objecto as coisas exteriores», porque, enquanto determinações do espírito, pertencem todas a um estado interior, que só pode ser compreendido ou aprendido, no tempo. O tempo é, deste modo, «a condição imediata dos fenómenos interiores (da nossa alma) e, por isso mesmo, a condição mediata dos fenómenos exteriores».

Não se limitou Kant a analisar esta característica do tempo. Outras destacou, se bem que não sistematicamente. Assim, além do seu carácter absoluto, a sua necessidade. O tempo é uma «necessidade *a priori*», «é uma representação necessária, que serve de fundamento a todas as intuições... Sem ele toda a realidade dos fenómenos é impossível».

Por outro lado, a unidimensionalidade do tempo é também posta em relevo por aquele pensador, em contraste com a pluridimensionalidade do espaço.

Intimamente ligada com esta característica, vem a da infinidade do tempo, a da sua necessária permanência como infra-estrutura de tudo. Enquanto alguma coisa existir, terá de haver, necessariamente, o tempo. Sem ele, nada.

Do que precede, tira Kant a penúltima característica do tempo, a sua subjectividade. «O tempo não é alguma coisa que exista em si, ou que seja inerente às coisas, como uma determinação objectiva». Por

isso, tempos objectivamente iguais (segundos, horas) são sentidos, pessoalmente, com intensidade e, até, duração diferentes. «O tempo não é outra coisa senão a forma do sentido interno, quer dizer, a intuição de nós mesmos e do nosso estado interior». Conforme seja este estado interior, assim será o tempo. Por isso este passa depressa quando se está com uma pessoa que se ama, ou dura pesadamente numa conferência ou numa aula em que se façam «chamadas».

Finalmente, ao fazer, num parágrafo acrescentado à Crítica da Razão Pura, na sua segunda edição, a exposição transcendental do conceito de tempo, delinea o filósofo a última e mais importante característica do tempo — a sua sucessibilidade. Foi ao considerar os conceitos de mudança e de movimento e ao ver que eles «só são possíveis pela e na representação do tempo», que Kant identificou o conceito indefinível em termos de lógica aristotélica, mas caracterizável, com a sucessão ou, melhor, a sucessibilidade. Diz, efectivamente, que «só no tempo, isto é, *sucessivamente*, duas determinações contraditórias

mente, mudando tudo, tudo se movendo, não deixa, por isso, de haver um inferno: Só que este inferno é de configuração diferente do de Sartre. Em vez de serem os outros, somos nós próprios que constituímos o nosso próprio inferno. Cada um de nós é o Satan de si próprio; em cada um de nós há um «homem velho» (S. Paulo), que procura vencer-nos, torturar-nos, «matar-nos».

Também aqui não são necessários o enxofre, o fogo e o caldeirão. Também aqui, tudo se reduz a um elemento humano, de carácter subjectivo. É a irreversibilidade do tempo, característica que escapou a Kant, mas não passa despercebida a um Dilthey e de que Toynbee faz o fulcro de grande parte do seu pensamento.

A irreversibilidade do tempo é algo de diferente da sua sucessão. O tempo passa, mas isto não significa que, o que passou, não possa voltar. Um carro passa na rua. Nada impede que ele «dê a volta», e recomeça passando outra vez, e outra. Simplesmente, o que esse carro não pode, é passar mais do que uma vez, num determinado momento. Este momento, que foi

mente opostas podem convir a uma mesma coisa». Só no tempo uma coisa pode ser e não ser. Mas este ser e este não ser, esta mutação ou este movimento, da passagem do ser (azul, pequeno, gordo, etc.) ao não ser (que é um novo ser, ou a ausência de ser, a morte), esta transformação, só se compreende se o tempo for algo de dinâmico, que passa, que se escoa, infinitamente. Por isso, como diz Kant, «nós representamos a passagem do tempo por uma linha que se estende ao infinito».

B) A irreversibilidade do tempo

Poderia supor-se que, sendo o Inferno a ausência de tempo, o que, para um cristão, se traduzirá na ausência de Deus e, para um ateu, na ausência de «espelhos» ou de consciência de si próprio, e que existindo aquele, a nossa vida no tempo seria algo como um paraíso. Ora se, não passando o tempo, num momento eterno, a presença constante, obcecante dos outros, seria a sacramentação, a forma palpável do inferno, passando ele, continua-

aquele em que nós tomámos consciência de que ele passou pela primeira vez, nunca mais volta. O carro que passar pela segunda vez é o carro que já passou uma primeira vez.

Considerado existencialmente, isto é, em relação com o processar-se da existência humana, cuja existência é o agir, o tempo é, assim, irreversível. Não volta atrás. Na sucessão dos seus momentos, que são as nossas tomadas de consciência de nós próprios, enquanto seres que agimos, e que, portanto, existimos, na sucessão dos seus momentos, qualquer destes está perfeitamente localizado entre dois outros, um, passado, outro, futuro, em relação àquele que se considera.

É esta característica do tempo, que dá o verdadeiro sentido da história como caminhar para. Nunca mais haverá uma Maria Teresa nem um Napoleão, um Aristóteles ou um Rousseau. Ao contrário da configuração da história como uma serpente com a cauda na boca, ao contrário do eterno retorno de Nietzsche, a história processa-se como seta (com um sentido ou não

é questão que não cabe dentro do âmbito deste estudo).

E o que acontece com a História em geral, acontece com a existência de cada homem. Desde que saíamos da abstracção do indivíduo, para a realidade da pessoa, veremos que qualquer acto, uma vez praticado, nunca mais pode ter sido praticado de outra maneira, ou deixar de ser praticado.

Passando, distraidamente, por um aparador, rocei por uma tijela que caiu e se partiu. Não posso passar ali outra vez, de outra maneira, agora atentamente. Pode-se, é certo, procurar remediar ou remendar as consequências de certos actos. O acto, em si, não se pode refazer, não se pode fazer voltar tudo ao estado primitivo. Posso apanhar os pedaços da tijela, e colá-los; não posso ter a mesma tijela, que não fora partida. «Agiu» — diz Mathieu em «L'âge de la Raison», referindo-se ao casamento do seu amigo Daniel — «agora jamais poderá voltar atrás. Deve parecer-lhe muito estranho sentir pesar sobre si um acto passado, que já nem sequer pode compreender e que continua a perturbar a sua vida». Estranho, absurdo, mesmo que seja ou pareça ser, o facto é que é assim, porque o que acontece uma vez, numa determinada forma, nunca mais pode deixar de ter acontecido.

Antes de começar a escrever, podia (sei-o agora, mas não o sabia então, no primeiro momento, em que comecei a escrever) fazê-lo ou não. Mas depois que decidi, nunca mais posso voltar ao estado inicial, nunca mais posso ser aquele que, ainda há pouco, não tinha começado a escrever. Posso deixar de escrever. Mas o facto passado de ter

por jorge pegado lys

escrito, ficou no que eu fui, marcou-me, recordo-o vivencialmente.

Só em Direito os actos podem ser revogados, e fazer como se eles nunca tivessem existido. Na vida real, porém, isso não acontece.

E é com esta afirmação que temos de deixar as considerações introdutórias, para, com ela, entrarmos no cerne da questão.

2. ORIGEM DA ANGÚSTIA

Mais do que uma definição, procura este estudo descobrir qual a origem de dois sentimentos, a angústia e o desespero. O que cada um deles é deduzir-se-á daquilo em que eles se traduzem, e aquilo em que eles se traduzem está intimamente ligado com o problema da sua origem. Para mim, a fonte da angústia, como do desespero, deve procurar-se na existência do tempo, ou, melhor ainda, na sua irreversibilidade. Esta está na base de ambos os sentimentos ou «estados de alma», se bem que de maneira diferente. Para compreender isto, são necessárias algumas considerações, primeiro em relação à angústia, depois em relação ao desespero.

(continua na pág. 8)

Começemos, portanto, pela angústia.

A) Acto e Pessoa

A existência precede a essência. Esta é a afirmação base de que temos de partir. Qual seja o seu significado, resultará ele do que se disser.

A pessoa é aquilo que se faz. As pessoas são os seus actos, aquilo que praticam. A única coisa que se pode aperceber de nós, é aquilo que fazemos. Isso somos nós. A nossa essência, ou seja, o conjunto de caracteres específicos e caracteristicamente nossos, somos nós que os criamos, ao agir. Pessoa é acção, é actuar, é actos. Para além disso, não há, rigorosamente, nada.

Cada acto que praticamos, delineou um pouco mais de nós mesmos. É pelo agir, aquilo em que se traduz o existir, que nós nos definimos. Somos aquilo que fazemos, e não tanto aquilo que queremos fazer, nem mesmo aquilo que pensamos fazer. É aquilo que fazemos efectivamente, se considerarmos o homem situado numa sociedade, de que é inseparável, e sem a qual é

tigo, é certo, mas não antiquado, que só como análise puramente lógica deve ser tomado e interpretado, permite, e é o que importa, mostrar como os actos humanos ligam duas situações, a primeira das quais chamamos estado de iminência, a segunda estado de situação.

Toda a vida do homem se processa numa contínua passagem de estados de iminência para situações. A iminência, mais emocional do que real, embora existencial, é o estado que precede imediatamente a situação. Esta é o resultado, o fim do acto e, portanto, em certa medida a sua causa e a sua razão de ser.

É no estado de iminência, da palavra que exprime bem a proximidade de qualquer coisa, que se vai produzir, que se podem distinguir as fases 2, 3 e 4 apontadas, em que o pensamento humano, a inteligência, pondera. Corresponde, numa visão objectiva, à potência dos clássicos. Ele é já, porém, o fruto da primeira fase, da concepção meramente ideal das possibilidades logicamente válidas.

5.ª fase é verdadeiramente o acto, na sua materialidade, e, consequen-

Esta formulação, invertida para o pensamento clássico, coloca a liberdade, no caso dela existir, no plano secundário que lhe compete, nas suas relações com o humano existir. Assim poderão existir pessoas que não tenham liberdade, e que, no entanto, actuem (pois, caso contrário, não existiriam): assim o caso de alguém sujeito a uma coacção psicológica ou física, ou os casos mais característicos duma criança que, por deficiência mental, proceda sempre, aparentemente, como um animal, unicamente regida pelos seus instintos e pelas leis fisiológicas que os regulam, e do primitivo a quem a luta diária pela vida imprime ao seu actuar um acentuado determinismo de carácter biológico, inclusivamente a antropofagia (à frente veremos que mesmo estes casos, precisamente porque se trata de actos de uma pessoa, mantêm uma particular característica distintiva dos actos dos irracionais). Do mesmo modo, poderá haver liberdade, como sinónimo de indeterminismo, em certas parcelas do mundo material (teoria dos quanta, mecânica ondulatória, Louis de Broglie...).

e será sempre, aquele que, no momento X, fez A. E o facto de ter feito A marca-o para sempre. Há, nesta medida, na nossa actuação, um certo ter de ser, se bem que fabricado por nós próprios, uma certa necessidade, no nosso actuar futuro, proveniente dos nossos actos passados.

Cada acto condiciona, pois, de certa maneira, o que se lhe segue, como já foi condicionado pelo antecedente. Os actos encadeiam-se, assim, uns nos outros, determinando-se e determinando-nos, ao mesmo tempo que limitam cada vez mais as possibilidades de opção (possibilidades de que só se tem consciência, note-se, depois de praticado o acto que as supõe, a contrário sensu, porque o acto, em si, antes de feito, é o único possível e por isso mesmo se fez; só depois se vê que se podia ter feito outra coisa, que se não fez e que, tal é a condição humana, nunca mais se poderá fazer; isto liga-se porém com a inconsciência na prática dos actos, de que se fala a seguir). Esta limitação das possibilidades representa, contudo, a par duma diminuição inegável da liberdade, ou da prova da sua total inexis-

T E M P O | continuação da E A M O R | página sete

incompreensível, aquilo que fazemos, é aquilo que os outros dizem que nós fazemos. Isto é, os nossos actos não valem nada, objectivamente.

a) Iminência e Liberdade

A vontade chega para explicar o facto da acção. Mas a actividade humana visa fins, é significativa. Não é, assim, gratuita. Esta acção dirigida numa determinada direcção e não noutra, o acto escolhido ou eleito entre a infinidade de outros actos possíveis, só se pode explicar pela inteligência. Em «intelligere» há qualquer coisa de escolha ou eleição.

É assim, uma vontade esclarecida por uma inteligência que desvenda o mistério, não já do puro agir, que esse é uma abstracção, e a vontade é suficiente para o explicar, mas do agir existencial, em situação; não já do fazer, mas do fazer qualquer coisa. Ora, é precisamente porque os actos são inteligentes que se dirigem a fins e porque se dirigem a fins, que podem ser valorizados.

Tradicionalmente o acto humano costuma ser esquematizado do seguinte modo:

1. *Concepção* — Representação prévia das possíveis soluções;

2. *Deliberação* — Momento de hesitação em que se comparam as diferentes possibilidades pelo exame das vantagens e inconvenientes de cada uma, examinando os elementos de ordem intelectual e afectiva que podem levar a agir duma ou doutra forma;

3. *Decisão* — Fase mais caracteristicamente volitiva do acto, em que o sujeito, feita a escolha, se dispõe a dar realização a um dos actos possíveis;

4. *Escolha dos meios* — Sabido o fim a atingir, faz-se uma segunda deliberação sobre os instrumentos a empregar;

5. *Execução* — Realização material do acto, é o momento verdadeiramente activo. Este esquema, an-

temente, na sua plena apreensibilidade. Dela nos ocuparemos, a seguir. Desta fase surge o estado de situação, o resultado do acto, as suas consequências, de que nos ocuparemos à frente.

Intimamente relacionado com o estado de iminência, que precede a execução do acto, está o problema da liberdade. Haverá liberdade? O que é? E havendo, será ela a essência do homem, na medida em que a sua existência é o agir?

Os homens nascem livres, pelo menos idealmente pode-se admitir. À medida que se vão libertando, porém, a sua liberdade vai diminuindo, até desaparecer no momento da morte. Isto necessita duma mais demorada explicação.

A liberdade, a existir, não pode ser considerada um dado *a priori* em relação à pessoa, nem forma a sua essência. É precisamente porque algo, um indivíduo, um homem, é pessoa, que ele tem liberdade. Esta será, necessariamente, sempre, qualquer que seja o seu conceito, uma consequência dum facto primitivo a determinar — seja ele a «figura humana» a que se refere o nosso Código Civil, seja a posse duma alma, insuflada por Deus — facto esse que definirá a pessoa, se dela se pode dar uma definição.

Na realidade, é pelo facto de ser pessoa, que se pode fazer isto ou aquilo; e qualquer que seja o conceito de liberdade, mesmo alguma coisa como uma especial dignidade humana, consistente em se estar sujeito a uma ordem ética, essencialmente violável, esse conceito concretiza-se sempre na noção de poder, isto é, a possibilidade de fazer ou de não fazer alguma coisa. É por se poder fazer isto em vez daquilo, que se está sujeito a leis normativas violáveis, e não vice-versa. Do mesmo modo, não é por se estar sujeito a leis desta ordem que se é pessoa, antes é por se ser pessoa que delas se é sujeito. Em vez de se dizer que o ser humano, porque livre, é pessoa, deverá dizer-se que o ser humano, porque pessoa, é livre.

Mas haverá realmente liberdade? Seremos nós livres? Isso a que se chama liberdade será alguma coisa de real? Sem pretender, de modo nenhum, «resolver» este problema (poderá, mesmo, algum problema, depois de formulado, ser universalmente resolvido?), limitar-me-ei a dar uns breves apontamentos sobre a minha actual posição, que, de maneira alguma, pode ser tomada como definitiva.

Parece-me que não somos livres. É isso porque nós seríamos realmente livres, se pudessemos «recomeçar sempre do princípio», «escolhermo-nos perpetuamente», estar «sempre antes» (Sartre). Ora isto não acontece. Se há, na nossa vida, um momento em que isso é possível, momento esse que, mais necessidade lógica do que realidade concreta, se pode configurar no nascimento, o facto é que o primeiro acto, inteiramente gratuito, que então se pratica (quem sabe se o próprio facto de nascer, de aceitar a vida) é o primeiro duma cadeia que só termina com a morte. Isto dissémo-lo atrás. A isto voltaremos mais à frente, porque isto é o centro deste estudo; porque isto acontece e é assim, precisamente por causa da irreversibilidade do tempo.

Praticando um acto, diminui o campo das nossas possibilidades. E, se ter possibilidades é ser livre, diminui a nossa liberdade. E se liberdade é poder recomeçar sempre, e isso é impossível, não há liberdade. Há, assim, um determinismo, por nós mesmos criado, à medida que actuamos. Cada acto praticado, representa, à posteriori, isto é, depois de se ter efectivamente praticado o acto, uma possibilidade a menos (de ter feito outra coisa, em vez do que se fez).

Num momento X, o sujeito Y fez A em vez de B; nunca mais pode voltar ao mesmo momento X, para fazer B, sob pena de deixar de ser Y. Pode, é certo, num momento Z, vir a fazer B, mas este B já não é o mesmo de há pouco, é um B2, porque o sujeito Y é, agora,

tência, uma libertação progressiva, que culmina, paradoxalmente, com o último acto da nossa vida, a morte.

Ter todas as possibilidades, sem ter agido (estado mais ideal do que real, mas que, como dissemos, se poderia configurar no momento físico do nascimento, se bem que imperfeitamente, porque o próprio nascer é já uma acção, um acto de aceitação da vida, provocado por um processo, anterior à nossa existência, e independente da nossa vontade), é não ser livre, porque representa, afinal, a não-existência, cujo único fundamento é a sua incondicional afirmação como tal (só existimos na medida em que, arriscando-nos e comprometendo-nos, nos engajamos e, assim, nos afirmamos existentes).

A liberdade não é algo que se possua, mas alguma coisa que se alcança vivendo. A pura gratuidade não é liberdade, mas determinismo. A lei dos grandes números prevê acção puramente gratuita. A acção libertadora, essa, porque é determinada por todo um passado individual (a nossa essência, que nós próprios edificamos), escapa a quaisquer leis. Compreende-se, assim, porque, à morte, corresponda, neste prisma, a libertação total, apesar de surgir como o resultado da realização de todas as possibilidades. A morte, seja a morte física, corporal, seja a espiritual, o esquecimento total de si, do seu eu, em favor dos outros, o já não sou eu quem vive, é Cristo quem vive em mim, mais do que uma renúncia a ter mais possibilidades, é a aceitação plena, que é inibição.

Por isso o homem, nascido livre, à medida que vai vivendo e agindo, vai perdendo a sua liberdade, para morrer liberto.

1) «INES — ...Et nous sommes ensemble pour toujours.

ESTELE (éclatant de rire — Pour toujours, mon Dieu, que c'est drôle! Pour toujours!

Foi distribuído largamente o primeiro número de «Pórtico», um semanário que se intitula Órgão da Comissão Organizadora da Revista Universitária Portuguesa.

«Quadrante», que se destina a enquadrar, como o nome o indica, estudantes universitários, não pode deixar de marcar a sua posição perante esta iniciativa.

Essa posição é, evidentemente, de protesto. Com efeito, não é lícito que um restrito grupo, arbitrariamente reunido, se arrogue a representação dos milhares de estudantes universitários portugueses, quando quase todos eles organicamente a têm nas suas Associações, dispendo parte delas de imprensa própria.

Por outro lado, o nível intelectual do universitário português está, apesar de todas as limitações, muito acima da mediocridade que se estende ao longo das 8 páginas de «Pórtico» e, sobretudo, suficientemente consciente do ridículo de frases como estas:

«Eu não costumo escrever muitas vezes sobre temas como este. Perturbam-me e fazem com que em algumas folhas de papel se veja que não é sintoma de fraqueza, nem indigno de um Homem, o deixar-se cair uma lágrima molhada».

«Eu não sei se depois me chamarão nomes feios se disser que consigo amar».

«Eu experimento uma sensação de singular gozo espiritual quando me lembro de certos mestres...»

Sinceramente: os gozos singulares são impróprios da idade física e mental de um universitário.

«Pórtico»... para onde?...

A. V.

GARCIN (rit en les regardant toutes deux) — Pour toujours!»

2) KANT afirma mesmo que «o tempo é a condição formal a priori de todos os fenómenos em geral» (Estética Transcendental, sec. II, § 6 c), pág. 74).

3) Id., § 4, 3.

4) Id., § 4, 2.

5) «O tempo só tem uma dimensão; tempos diferentes não são simultâneos, mas sucessivos, enquanto espaços diferentes, não são sucessivos mas simultâneos». Tempos diferentes não são senão partes dum mesmo tempo» (Id., § 4, 3).

1) «A infinidade do tempo não significa outra coisa senão que toda a grandeza determinada de tempo só é possível circunscrita por um tempo único, que lhe serve de fundamento. É necessário, portanto, que a representação originária do tempo seja dada como ilimitada» (Id.).

2) Id., § 6, A).

3) Id., § 6, B).

4) «O tempo não é outra coisa senão uma condição subjectiva da nossa humana intuição...; nele mesmo, fora do sujeito, não é nada». É a esta característica que Kant chama a «idealidade transcendental do tempo».

5) Id., § 5.

sé outrem pode voltar contra mim, a colaboração e o diálogo, prolongam a operação subjectivante do opositor — são duas liberdades que se sustentam e se alimentam como tal. Na maioria dos casos, porém, a existência de outrem é alienante: a linguagem, antes de mais, sendo o processo mais decisivo da exteriorização, porque não nos transmite na nossa universalidade, objectivando-nos numa maneira diferente na intelecção por outrém. «Il y a une inadéquation permanente entre l'activité par laquelle nous nous objectivons et notre objectivation par autrui, entre ce que nous faisons et ce que nous sommes faits».

O amor, como desejo de fusão entre dois sujeitos, não é mais do que uma tentativa de superação — pela identidade — do vazio irreduzível entre a percepção e o seu objecto.

2. Mas para além da pessoa singular, há a colectiva — a multidão. Para além, portanto, da alienação adveniente de outrém (sempre resolúvel pela luta ou pelo amor) há a alienação pelo grupo como entidade relacional, contra a qual as possibilidades de reversão se tornam menos possíveis.

O grupo, manifestando-se através duma «contrainte sociale» congénita pode orientar-se como ser independente, segundo uma inércia própria. É que a «contrainte sociale» materializa-se no costume, nos aparelhos administrativos, nos instrumentos e utensilagem, no direito, etc., e cada um destes elementos por seu turno, sofre o risco de se tornar de praxis em mero processus. O indivíduo é alienado, na medida em que o instrumento, a função, a propriedade, ou qualquer tipo institucional, numa palavra: qualquer exigência transpessoal, lhe determinam uma conduta que deveria proceder como emanação da sua liberdade.

As mais irremediáveis alienações, são as que nos impõem os «outros sem rosto», compelindo-nos, petrificando-nos em fins que nós não reconhecemos.

A grande empresa das gerações modernas será a conquista de um meio de controle sobre a prática desumanizada. E isso só se conseguirá pela subordinação — na dialéctica social — do movimento temático ao movimento antitético, até porque é na generalidade dos casos o primeiro, que favorece as tendências de estratificação.

Igual importância para este tipo de alienação possui a concentração nos aparelhos e nos objectos materiais das condutas virtuais e teleológicas. São aqueles, como acumuladores destas condutas, que impõem a uniformização e a standardização das relações. O exemplo mais vulgar deste tipo é a evolução dos formulários das «caixas» nas estações dos CTT ou nos grandes armazéns: a atitude inicial, polida, sorridente, obsequiosa, dá lugar pela repetição dos gestos ao inevitável esgotamento do seu conteúdo subjectivo e voluntário. A atitude primária, volta-se petrificação ritual. A identidade dos instrumentos sociais determina a identidade dos ges-

andré gorz

(continuação da pág. 4)

tos profissionais. Isto manifesta-se decisivamente em designações como «nós, os advogados», «nós, os tripeiros», «nós, os estudantes de Coimbra», «nós, os intelectuais», etc. Quando emprego semelhantes termos revisto-me de uma grande solenidade, porque falo em nome de milhares de pessoas, não como representante da sua subjectividade, mas enquanto eles «são outros para os outros». Em breve, eu represento a ser, ao sério, o ser-dos-outros.

3. A alienação social «stricto sensu» — último tipo que analisaremos.

Há uma imensidade de factos que nos levam a crer que os homens são feitos para a Sociedade e não esta para os homens: «a sociedade parece designar-lhes as tarefas e as funções conformes às suas necessidades a fim de fazer concorrer as actividades individuais para uma Ordem que as ideologias autoritárias qualificam de «natural» ou de «divina». Tudo se passa como se os indivíduos fossem simples resultantes de factores socio-económicos.

É nas sociedades arcaicas que mais nitidamente o fenómeno se verifica. O grupo tribal em virtude das suas necessidades de defesa e sobrevivência, possui uma forte coesão interna. Os mais velhos, a família, a estreiteza do meio, determinam o ofício, o grau e a natureza das relações intragrúps.

Para lá do grupo, o indivíduo-pessoa não é nada, de modo que a revolta é não só impossível material como subjectivamente porque a própria consistência subjectiva assenta no reconhecimento do seu «eu» pelo grupo. Únicas «fugas» possíveis — a arte e o sonho.

É este tipo de integração que em maior ou menor percentagem volta a impor-se nos períodos de menor nobilidade social ou de maiores dificuldades económicas.

É nos períodos históricos em que os indivíduos unidos numa revolta comum, tentam subverter uma sociedade alienante, que a alienação social desaparece. Nesse momento restritíssimo e instável o homem apossa-se da sua História e molda-a à sua verdadeira imagem. Corrige-a.

A revolução de 1789, manifestou a crença da burguesia na extinção dos estatutos, dos privilégios de classe e na desvinculação do indivíduo. A Revolução operou a distinção entre o «cidadão» e o «homem». Mas — escreve Gorz —, «a distinção entre o «privado» e o «social» entre o «homem» e o «cidadão», bem difíceis de delimitar, aliás, indicava já que a alienação social reaparecia: os indivíduos não se tinham apropriado e submetido a sociedade, eles não tinham humanizado o social reivindicando a sociabilidade do humano, mas tinham somente negado a sociedade e adiado o problema. De facto, eles não tinham os meios para submeter a sociedade aos indivíduos. Eles iam fazer nascer uma nova sociedade que de modo nenhum tinham desejado...» (4).

IV — ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA

Toda a análise anterior limita-se deliberadamente ao campo dos

factos. Mas o homem não suporta impunemente a negação da sua liberdade. Exige uma estrutura ideológica, não obstante precária, de qualquer espécie. Exige uma justificação — eis o papel da ideologia.

A ideologia é a justificação teórica duma atitude alienante. É uma espécie de auto-sugestão por parte do sujeito alienado; ou é uma manifestação de má-fé quando o seu autor (porque lhe convém a subsistência do «status») a utiliza como instrumento de opressão.

A ideologia vela, como uma teia sofisticada, as incongruências e as contradições insolúveis. «On appelle ideologie — define Gorz — se système de fins, de raisonnements (...) par lequel les individus tentent de fonder en valeur et en intention des entreprises qui leur sont alienées et reprochées comme des crimes. Ils cherchent dans l'ideologie de bonnes raisons pour faire ce qu'ils font».

A ideologia é um modo de pensamento «relativo». O pensamento «totalizante» é por definição revolucionário e por conseguinte gerador de desalienação — consiste na integração do quotidiano num sistema de valorações abstractas, fazendo coincidir o acontecer com os princípios da ética, da lógica e da metafísica transcendentais. É a racionalização do dia a dia em face de valores superiores.

A crítica «relativa» tenta apenas justificar, fundar «o que é» — é essencialmente conservadora.

Note-se que a ideologia não é apenas uma mentira hipócrita. Toda a praxis, sob pena de se tornar angustiante, absurda, insuportável, apela para uma significação. A partir da sua constituição, toda a ideologia possui uma vida própria e cristalizando, torna-se alienante.

Gorz apresenta como exemplos típicos de ideologias: a que informa a conduta política da pequena burguesia e dos petroleiros do Texas, o anti-semitismo e o colonialismo nacionalista.

V — O PAPEL DO INTELECTUAL

Num mundo em que a alienação domina o homem, em que este se anula e a sociedade abstracta se impõe: ou eu me adapto a mim próprio, e se nem sempre a nego, pelo menos tematizo a sociedade.

Esta é a situação do intelectual, porque o intelectual é uma consciência actuante, uma consciência que assume a negatividade da atitude alienante.

O intelectual é o «traidor» O traidor em relação à «contrainte» que negue o homem; o que assume a revolta em nome da liberdade de determinação, a liberdade de fazer a sua história segundo os fins que voluntariamente adopte.

«Ele representa o espírito de autonomia no seio do reino da necessidade» (5).

(1) Sartre — L'existencialisme.

(2) Le Trâitre, Ed. du Seuil.

(3) La morale de l'Histoire — pág. 55.

(4) Idem, pág. 90.

(5) Idem.

QUADRANTE

publicação não periódica

Director — José Lebre de Freitas

Administrador — Clara Simões Molta

Editor — Vasco Corrêa Guedes

Redactores — António Villela Joaquim Mestre

N.º 3 — JANEIRO — 1960

SACOR

A SUA REFINARIA DE CABO RUIVO
— TEM UMA CAPACIDADE ANUAL —
DE LABORAÇÃO SUPERIOR A

1.200.000 TONELADAS

E PRODUZ:

Propano

Butano

Gasolina

Supercarburante

Jet-fuel

White-spirit

Petróleo

Petróleo para motores

Gasóleo

Diesel-oil

Fuel-oil

Asfalto

Enxofre

Anidrido sulfuroso



UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO
INDUSTRIAL AO SERVIÇO DA
ECONOMIA DO PAÍS

lançar de vistas pela poesia mais actual que é a nossa.

Antes de mais, não podemos deixar de ter presente, para compreender o que foi e é a poesia deste período, o ambiente global em que a vida portuguesa dos últimos 20 anos tem decorrido. A realidade social, histórica, bem como a sua expressão cultural, condicionam toda a actividade literária, e a poesia, mais do que outras formas de arte, reflecte-as nos seus aspectos mais vivos e ricos. Ora, o que caracteriza a poesia que, com o início da última guerra, irrompe entre nós e posteriormente se desenvolve e se diversifica, para além das correntes e movimentos em que se concretiza, é, em relação a toda a poesia anterior, uma consciência mais lúcida e interessada, mesmo nos que se pretendem alheados e preocupados com um purismo de raiz esteticista, das implicações humanas da criação poética.

Isto o mesmo o reconhece Jorge de Sena, ao afirmar: «Mais do que outras poesias de outras épocas (...) é esta a de uma época sombria: marcam-na profundamente as amarguras das guerras e, sobretudo, as sucessivas desilusões da paz, requerendo, umas e outras, no silêncio duro (...), nas dificuldades de toda a ordem, uma tempera muito especial, sempre precária, sempre ameaçada pelas «solicitações e emboscadas». E, no entanto, é uma época brilhante de poesia, não só por notabilíssimas personalidades que nele se revelam, como pelo nível técnico, pela consciência poética, pelo aprofundamento (digno ou perturbado) da humanidade presentida».

Se analisarmos a acção das gerações anteriores, como as de Orpheu e da Presença, é com efeito este talvez o traço mais profundamente distintivo que a poesia contemporânea repercute. O movimento modernista, com tudo o que teve de revulsivo, de mentalmente e culturalmente arejante de destrutivamente positivo e tendo dado de si personalidades duma genialidade hoje irrecusável, não ultrapassou nunca uma elite de tipo aristocrático e quase apenas no domínio da arte e da literatura. Por sua vez, a geração presença, pelo seu individualismo e artificiosa distinção entre o humano e o artístico, apesar de ter revelado alguns poetas combativamente corajosos, como A. Casais Monteiro e Miguel Torga, também não conseguiu superar uma consciência parcial dos problemas da época em que se inseriu. É evidente que este juízo não envolve uma análise em profundidade das razões que lhe subjazem mas apenas uma contraposição das realidades que reflecte. Assim, não se pode deixar de conhecer que é com o movimento neo-realista e a publicação do «Novo Cancioneiro» que se estrutura uma consciência verdadeiramente operante dum humanismo poético, o qual, apesar das suas limitações e frustrações, inegáveis hoje, veio determinar o aparecimento de toda a

poesia que, na nossa época, se reconhece como força libertadora do homem, nos mais diversos e contraditórios sentidos. Mesmo aquelas correntes que contra uma função social da poesia, como ela era entendida pela geração de 39, se vieram afirmar, mesmo essas correntes lhe são em certa medida tributárias, quando mais não seja no seu negativismo polémico. É o que acontece com o surrealismo que, pelos fins da guerra, se transplanta para cá, com décadas já de atraso em relação ao seu apogeu na literatura francesa. Visando uma desalienação do homem através da penetração no mundo super-real que, segundo a filosofia nele implícita, seria o único verdadeiramente *real*, o surrealismo português deve bastante do seu fôlego inicial à origem neo-realista de alguns dos seus corifeus, como por exemplo Alexandre O'Neill e Mário Cesariny de Vasconcelos. Curioso é

até notar como, em certa medida, entre nós se verifica um fenómeno inverso ao que na sua pátria de origem teve lugar e que se exprime na evolução percorrida por muitos dos seus mais significativos representantes, que do surrealismo aderiram a uma poesia de combate, como é o caso dum Aragon e dum Eluard. Aliás, também o surrealismo não deixou de, reciprocamente, exercer sugestão sobre o neo-realismo, de tal modo que poderíamos detectar pontos inúmeros de contacto nos dois movimentos aparentemente afastados.

Por outro lado, a orientação estética de correntes como a que se desenvolve à volta dos Cadernos de Poesia, constituindo uma revivescência dum esteticismo de matiz eclético («a poesia é só uma»), não deixa de sentir a repercussão, que sobretudo na sua 2.^a série se concretiza, dum humanismo ora de raiz católica (Rui Cinatti, Tomaz Kim, José Blanc de Portugal), ora mais próximo do neo-realismo, como é o caso de Jorge de Sena. A superação e confessada síntese que a geração da «Árvore» pretende realizar duma poesia socialmente interessada, pela sua ascensão a um nível de realização estética incorporando todas as conquistas das correntes que a precedem, é típica ainda desta inter-influência ambiental. Resta situar, nesta perspectiva, o compromisso do movimento «da Távola Redonda» e «Graal» com uma realidade social de que pretende ser a aceitação perturbada, e que busca na fusão do tradicionalismo e dum esteticismo

modernista a sua formulação poética. Esse compromisso é, evidentemente na sua pactuação e mesmo traição às forças renovadoras, uma tomada de posição interessada. Os casos individuais dum purismo lírico alheado existem, e coexistem, evidentemente, neste ambiente em que se chocam as tendências já referidas. Eles são, muitas vezes, o fruto amadurecido de todas as buscas comprometidas em que os mais corajosamente participantes tiveram que poluir-se, para mais profundamente, na nossa opinião, se libertarem dum condicionismo odioso que aqueles pretensamente ignoraram, e à sombra do qual viveram ensimesmados.

De resto, a poesia deste período, como já atrás ficou notado, é, simultaneamente às exigências de participação que reflecte, reveladora de uma alta riqueza de factura formal, que por vezes quase corre o risco

Não pretendemos negar a validade da crise que se respira, da inquietação revelada nessa própria desorientação de caminhos, mas não podemos também deixar de, sem complacência, denunciarmos os perigos em que a jovem geração está a resvalar. E esses perigos, na nossa opinião, são os que resultam duma ambiguidade intrínseca de que muita da poesia anterior não soube libertar-se. Em lugar de prolongarem, e assimilando-os os enriquecerem, os rumos positivos que delas se destacam, os nossos jovens poetas deixam-se seduzir frequentemente pelo brilho exterior de muita retórica poética, de muita sugestão conceptualista e formalista, a que influências de literaturas alheias não são, de resto, estranhas. Veja-se, por exemplo, na «Antologia da Novíssima Poesia», a ilustração deste nosso juízo, nos valores mais recentes nela incluídos.

apontamento sobre A Poesia Portuguesa Actual

(continuação da pág. 1)

de se dissolver no seu preciosismo e requintado rebusque, sobretudo nos poetas em que a sugestão do esteticismo é mais visível. O que, para os leitores mais desprevenidos, não deixa de ser um constante motivo de ambiguidade, a que grande parte da poesia moderna não é alheia.

E é aqui que, quanto a nós, se situa uma interrogação que queremos pôr à poesia mais recente, à jovem poesia que, na esteira das gerações que nos antecederam, se está a gestar e a ganhar já responsabilidades para com a nossa própria geração. Para além da revivescência e continuidade dos valores mais credenciados das últimas duas décadas, que ainda continuam a realizar a sua obra e alguns mesmo em procura da maioridade literária, assistimos à proliferação de inúmeros jovens poetas que, em jornais, em revistas e livros, e das mais diversas formas, estão a produzir o que já alguém chamou uma verdadeira inflação poética. Em certa medida é isso índice da vitalidade da herança que nos deixaram as gerações precedentes. Mas, ao mesmo tempo, se intentarmos uma análise mais exigente desta poesia, encontramos, ao lado de alguns casos significativos e prometedores, uma nítida maioria de incipiente epigonismo e frouxa subsistência de influências estéticas anteriores. Neo-realismo e surrealismo, sobretudo, repartem entre si a atracção da jovem poesia, que cai assim, na maior parte dos casos, num formalismo retórico cujas raízes estão demasiadamente à vista.

As condições do momento que vivemos estão na base deste impasse que urge superar, é necessário ter presente. A desorientação da jovem poesia não é mais do que o reflexo da desorientação que, em todos os aspectos, a juventude sofre hoje com repercussão cada vez mais profunda. As solicitações das diversas formas de fuga através da nossa vivência estética, vão de par com a necessidade pressentida duma poesia que penetre, até ao fundo, na desagregação duma sociedade que já não pode comportar as ansiedades e aspirações das camadas que reclamam um futuro à sua medida. É essa a poesia para que apontam, balbuciantemente, os melhores instantes da jovem poesia actual.

Se urge continuar a linha de resistência e participação que, em planos diversos, os melhores representantes da poesia das últimas décadas souberam transmitir-nos, não é senão através duma exigência de enriquecimento total, duma plenitude de intencionalismo humano e estético, que, melhor ou pior, com vitórias e fracassos, mas sem transigências, a poesia do futuro se afirmará.

JOSÉ AUGUSTO SEABRA

(¹) *Líricas Portuguesas*, Jorge de Sena, Livraria Portugal, e *Antologia da Novíssima Poesia*, Maria Alberta Meneres e E. M. de Melo e Castro, Livraria Morais.

Em 1939 termina a guerra em Espanha e em 1945 em toda a Europa, com a vitória dos Aliados.

Um certo sentimento épico da existência é alimentado pela fé de que apesar dos revezes, ou por causa deles, um novo mundo renascerá das cinzas e das esgotadas tradições. Acredita-se na responsabilidade do homem e, sobretudo, na do criador, acredita-se também que a sua intervenção não é gratuita.

Durante anos, com raras excepções, o escritor esteve empenhado numa militância senão necessariamente política, necessariamente social. Mais do que por si próprio responde pela humanidade, essa humanidade que, sem se aperceber, já distribuiu por grupos estanques em que, de qualquer modo, vai tomar posição. Nas convulsões declaradas, abertas, nítidas viu-se obrigado a distinguir o que lhe convinha e o que repudiava, não podia, de maneira nenhuma, ignorar o condicionamento exterior, nem mesmo separá-lo do que criaria à parte, longe de compromissos.

De resto o problema mal se põe; para os construtores, que se crêem, de um universo melhor, a sobrevivência literária não pode deixar de ser um facto eventual e irrisório. A literatura tornou-se, consciente ou inconscientemente, um instrumento, a salvo dos critérios valorativos tradicionais e a sua validade mede-se, como uma arma, pela eficácia. Eis o quadro em termos esquemáticos.

Finda a guerra, os combatentes cedem lugar aos políticos, que, esses, virão construir a vida por que se lutou. E o que acontece? Tudo se renova? Não. Tudo se refaz, passo a passo, como dantes era. Mudaram-se apenas determinados dísticos, pior, firmaram-se numa democrática legalidade certas forças e princípios que viviam à sombra de precários poderes, os que se haviam vencido.

Assim as palavras que para uns encerravam soluções, combates, esperanças, para estes, que têm agora vinte anos, são fórmulas ócas, desnecessárias. Muitas vezes, desdenham até tomar conhecimento delas. E não é por acaso que Michel del

Castillo diz não se sentir capaz de derramar uma gota de sangue, nem que seja pelo melhor dos mundos.

O que interessa já não é uma luta universal, em busca de uma humanidade povoada, por quem viver; cada vez mais toda a acção se restringe à análise do imediatamente presente, em círculos fechados, sem sequer procurar modificá-lo, sem sequer procurar julgá-lo.

A experimentação formal ocupa, pois, o primeiro lugar, a técnica, vivendo quase por si só, é um meio como outro de exprimir uma aceitação do absurdo, da desesperança, do caos, que ninguém deseja ordenar.

A consciência de comunidade (não pretendendo desenhar um panorama completo, qualquer apreciação desta ordem é irrecusavelmente dirigida e parcial) que animava a todos, que tanto levou Hemingway a parafrasear Donne, «and don't ask me for whom the bell tolls, it tolls for thee», como impele Malraux a afirmar a esperança no destino colectivo, «...il y avait cette nuit d'un espoir trouble et sans limites, cette nuit où chaque homme avait quelque chose à faire sur la terre», morreu.

E se de significativo algo se passa nos anos seguintes à vitória, não é, como se poderia pensar, a continuação desse espírito num florescimento tardio e infecundo (em Portugal «Árvore» e «Notícias do Bloqueio»), mas o desvio, quase imperceptível, o movimento amadurecido em silêncio, com outras raízes e que, por intermédio de Ionesco, Adamov, Beckett, Michel Butor, Natahe Sarraut, Robbe-Grillet... virá pôr em dúvida as próprias bases e justificações da existência, que já nada tem de épica e de esperançada.

José Gomes Ferreira e Fernanda Botelho, 1900 e 1926, incarnam a primeira e a segunda épocas e neles procurei achar através de perguntas, que isoladas parecerão talvez ociosas e circunstanciais, os mesmos motivos e as mesmas consequências.

entrevista com josé gomes ferreira

«Não penso na glória. Poesia é escândalo. Poesia é perigo e risco e não os podemos desconhecer, nem desaproveitar.»

«Comecei por um epigonismo saudosista do séc. XIX; os meus primeiros desabaços campestres, «Lírios do Monte», foram publicados em 1918. Mas a verdadeira estreia, «Longe», veio a lume em 1921. Nessa altura já tinha descoberto Gorki e Tolstoi e também, revelados pelo meu professor Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais e Raul Brandão, de que principalmente reconheço a influência.

Mais tarde, por acaso, remexendo nuns originais, José Gomes Ferreira achou um poema que, para si, marca certa data importante e, relembrando-o, observou: «Foi apenas exactamente a 8 de Maio de 1931, que encontrei a minha expressão

autêntica. Depois de duas ou três tentativas falhadas, escrevi de um jacto, quase sem emendas, «Viver sempre também cansa!», este poema.

...Ainda por cima os homens são os [homens].
Soluçam, bebem, riem e digerem sem imaginação.
E há bairros miseráveis, sempre os [mesmos] discursos de Mussolini, guerras, orgulhos em transe, automóveis de corrida...

«Já havia aqui, coisa insólita na época, uma referência a Mussolini». «A guerra teve importância decisiva na sua poesia?»

«Disse-o Casais Monteiro, referindo-se à guerra de Espanha, mas apesar de ter tido um papel nítido na minha evolução, não posso dizer que ele tenha sido exclusivo. O meu

UMA GOTAS DE SANGUE OU UM MUNDO MELHOR

lirismo tornou-se, no entanto, num lirismo indignado... Sentia-me, então, como sempre, ligado ao que acontecia em redor, toda a minha poesia acompanha o correr dos tempos, é como que uma reacção e comentário poético ao que se passa no mundo exterior e interior. Isso é flagrante no poema «Dias cruéis», em que os acontecimentos da actualidade vão servindo, à margem, de contraponto. Afinal que sou eu senão um poeta militante? De poesia, claro!»

«Escrevo para esta hora, para os meus contemporâneos. Não me preocupa a sobrevivência literária, quero uma imediata autenticidade de vida. Nunca pude gostar dos que se conformam, só interessados na sua glória, na contemplação do seu génio. Sinto-me ainda com mais res-

pensabilidades como poeta, do que como cidadão...»

Não fiques para traz, ó companheiro / é de aço esta fúria que nos leva / e se te perderes no nevoeiro / segue os nossos corações na treva [...]

«Que pensa do «Novo Cancioneiro», esse grupo de homens que o atraem porque cantaram perigosamente?»

«É uma revolução poética importantíssima. Não há dúvida que nunca se tinha feito antes o que esses rapazes vieram a fazer. E era tudo gente muito nova, à volta dos vinte anos. Surge uma outra maneira de encarar a vida e de tratar os problemas... com bases filosóficas diferentes. Uma maneira mais directa, e, portanto, mais difícil.»

(continuação na pág. 5)

entrevista com fernanda botelho

«Eu sou uma apologista da forma.»

Fernanda Botelho nasceu no Porto em 1926. Frequentou a Faculdade de Letras em Coimbra e Lisboa. Escreveu dois romances, «Ângulo Raso» e «Calendário Privado», e um livro de poesia, «Coordenadas Líricas».

«A guerra de Espanha e a de 39-45 tiveram influência na sua formação?»

«Não, era ainda muito pequena. Só talvez depois me viessem a preocupar.»

«Reconhece alguma influência?»

«Talvez a de Huxley.»

«E de escritores portugueses?»

«Nenhuma, mas Garrett e Eça interessaram-me sempre.»

«Na criação literária, o que é para si o fundamental?»

«Em grande parte a forma. Sou uma apologista da forma. Procurei apenas valores romanescos e só agora me começo a modificar. Por isso dei pouca importância ao entreccho, quero realizar num romance uma qualidade determinada e procedo por tentativas, como quem mistura uma valência de oxigénio e duas de hidrogénio e depois duas de oxigénio e uma de hidrogénio e por aí adiante, até obter o que pretende.»

«Que pensa do «Novo Cancioneiro»?»

«Em poesia sou um pouco primitiva: ou gosto ou não gosto.»

«Não gosta portanto?»

«Não é bem esse o caso, aceito mas não adiro. Como, por exemplo, se me disser: «o amarelo é uma cor muito bonita», eu aceito mas não adiro.»

«De resto, a poesia do «Novo Cancioneiro» é uma poesia apriorística, que parte do fim, uma poesia intencional... e as realizações nem sempre são felizes... quase sempre não são.»

«Nota-se nos seus personagens uma falta de convicção no que realizam que parece irremediável. Não são, por assim dizer, solidários com os seus actos...»

«Se pudesse responder com fórmulas diria que é a angústia da aceitação. Vêem-se forçados a aceitar situações que não coincidem com as suas determinantes próprias, que lhes são... adversárias.»

«O grande teatro de fantoches com que sonhava na minha infância. Ei-lo, Maria Angélica... «Repara... na naturalidade com que andam, como respiram profundamente, como parecem que têm alma e pensamento! Vá, responde: não é maravilhoso este teatro de fantoches? («Ângulo Raso»).»

«Nenhum dos seus personagens está também ligado a qualquer obra,

(continuação na pág. 5)